

**Transexualidade: as consequências do
preconceito escolar para a vida profissional**

*Transsexuality: the consequences of
prejudice at school to the work life*

Heloisa Aparecida de Souza

*Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade
Católica de Campinas
heloisa_apsouza@yahoo.com.br*

Marcia Hespanhol Bernardo

*Psicóloga, Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas
marciahb@terra.com.br*



Resumo

Nesse artigo, discute-se a relação entre os problemas encontrados no ambiente escolar e a dificuldade para a colocação profissional de mulheres transexuais. A partir do enfoque da Psicologia Social, adotou-se como metodologia a proposição do “Campo-tema” que permite maior compreensão do assunto estudado, acessando-o nos mais diversos espaços em que se manifeste. Os resultados indicam que a falta de aceitação e o preconceito no ambiente escolar geram obstáculos para o bom aproveitamento da educação formal e alto índice de evasão escolar entre as transexuais. A baixa escolaridade decorrente desse contexto soma-se aos estigmas e à vulnerabilidade social dessa população, tendo como consequência uma grande dificuldade para inserção no mercado de trabalho formal, especialmente, em cargos que exigem maior qualificação.

Palavras-chave: Transexualidade. Escolaridade. Trabalho. Preconceito.

Abstract

In this paper we discuss the relation of problems faced by transsexual women in the school environment and their professional placement difficulty. Based on Social Psychology we adopted as methodology the “theme-field” approach what permits a broader understanding of the studied subject analyzing the most diverse areas where it occurs. Our findings suggest that the lack of acceptance and the prejudice experienced by transsexual women in the school environment result as obstacles to their academic performance and a higher incidence of school dropouts among them. The lower level of education resulting of that experience is combined with the stigmas and social vulnerability they deal with, having as consequence a larger impediment to entering the formal labor market mainly in positions requiring higher qualifications.

Keywords: Transsexuality. Llevel of education. Labor Market. Prejudice.

O presente artigo é parte do resultado de um estudo, no qual se buscou compreender como se dá a inserção de mulheres transexuais no mercado de trabalho formal e informal, procurando identificar os principais desafios enfrentados e os impactos da atividade laboral sobre a vida cotidiana dessas mulheres. Apesar de a relação entre escolaridade e a vida profissional das transexuais não ter sido o foco inicial da pesquisa, esse tema foi reiterado de forma marcante nas falas de muitas participantes, indicando a necessidade de uma análise mais específica, que será apresentada aqui.

Ao relacionar a escolaridade com o futuro profissional das mulheres transexuais, pretende-se com esse artigo promover uma reflexão sobre os danos provocados pelas discriminações no ambiente escolar, sinalizando que eles tendem a se perpetuar, atingindo os mais diversos âmbitos da vida dessas mulheres, inclusive, o profissional. Parte-se do pressuposto que o trabalho ocupa um papel central na nossa sociedade (ANTUNES, 1995) e que, portanto, as dificuldades de inserção laboral têm repercussões objetivas e subjetivas. (LINHART, 2009)

A transexualidade é compreendida aqui como o sentimento do indivíduo de não poder corresponder às expectativas definidas socialmente para o seu sexo anatômico, identificando-se com os elementos tidos como do sexo oposto ao seu e submetendo-se a tratamentos cirúrgicos e/ou hormonais para adequar seu corpo à sua condição psicológica. Entretanto, é a não aceitação dessa realidade pelas rígidas normas culturais vigentes em nossa sociedade que pode ser considerada a principal fonte de sofrimentos para as/os transexuais (ARÁN, ZAIHHAFT E MURTA, 2008).

Para a discussão proposta, destaca-se, inicialmente, o papel do trabalho na formação da subjetividade, cotidianidade e inserção social do indivíduo na contemporaneidade. Em seguida, são discutidas as dificuldades encontradas pelas transexuais nos diversos contextos sociais, seguido por algumas considerações metodológicas. Finalmente, foca-se a difícil experiência escolar e as suas prováveis consequências na vida adulta para a colocação profissional.

A relação entre educação e trabalho na atualidade

O trabalho tem uma fundamental dimensão na vida do ser humano e a atividade profissional interfere diretamente na forma que o indivíduo se identifica e se posiciona socialmente. Segundo Coutinho, Krawulski e Soares

(2007), a realidade encontrada no mundo do trabalho, frequentemente, provoca no indivíduo profundas mudanças em toda a sua vida e na percepção de si mesmo, havendo uma relação muito íntima entre os desafios do trabalho na modernidade e a formação da identidade do sujeito. Pode-se dizer, assim, que o trabalho além de garantir a satisfação das necessidades básicas do ser humano, representa também uma fonte de identificação que contribui significativamente para determinar como será a colocação social do indivíduo.

Deve-se salientar ainda que, no contexto capitalista, o trabalho transforma-se em uma mercadoria e assim uma multidão de pessoas se vê obrigada a “vender” sua força de trabalho apenas para assegurar sua sobrevivência ou para adquirir alguns bens de consumo (MARX, 2010), muitas vezes, tendo de se sujeitar a trabalhos precários e repletos de explorações.

Seligmann-Silva (2011), pioneira nos estudos teóricos e práticos sobre a saúde mental relacionada ao trabalho no Brasil, aponta que a precariedade social e o trabalho dominado apresentam-se como prováveis geradores de um contínuo processo de desgaste mental, sofrimento e adoecimento dos trabalhadores. A autora afirma ainda que as experiências de sofrimento social – que são aqueles sofrimentos provocados pelas injustiças, exclusões, conflitos, preconceitos, desigualdades sociais e desrespeito aos direitos humanos e à cidadania – afetam diretamente a identidade e as perspectivas de vida do indivíduo. Desse modo, consomem sua autoimagem e o conduzem ao adoecimento físico e mental, que, para ela, são indissociáveis. Ou seja, não é possível sofrer psicicamente sem que o corpo também padeça e vice-versa.

Desse modo, da mesma forma que o trabalho precário gera adoecimento, a exclusão do mercado de trabalho pode também ser motivo de grande sofrimento para os indivíduos. Bernardo, Nogueira e Büll (2011) destacam que a apartação do mercado laboral, em uma sociedade marcada pelo consumismo, pela competição e pela hipervalorização do status profissional, gera sérias implicações na vida e na subjetividade do indivíduo podendo ter conseqüências devastadoras.

Considerando que a escola, em geral, possui um papel prioritariamente instrumental em nossa sociedade, com a adoção de uma postura voltada quase que exclusivamente para a preparação e a formação profissional, visando a atender as necessidades do mercado de trabalho (SEGNINI, 2000), pode-se deduzir que a relação entre as vivências negativas no contexto escolar e as dificuldades de inserção profissional das mulheres transexuais é muito intensa.

Transexualidade e sociabilidade: família, escola e trabalho

Por meio da pesquisa que embasa o presente artigo, foi possível perceber que nesse início de milênio, a sociedade continua sendo regida pela heteronormatividade. Assim, possui regimentos ancorados em normas e padrões heterossexuais que são concebidos de forma natural, ideal e compulsória a todos os membros, sendo incapaz de acolher devidamente outras formas de expressão sexual e considerando como desvio de conduta qualquer outro tipo de manifestação da sexualidade (BERLANT E WARNER, 2002).

Nesse contexto, não é por acaso que a medicina ainda compreenda a transexualidade como uma patologia e os principais manuais internacionais de diagnóstico a classifiquem como uma desordem de personalidade relacionada à identidade de gênero. Isso é motivo de muitas críticas por parte de inúmeros estudiosos das ciências humanas e sociais (BENTO E PELUCIO, 2012, BUTLER, 2009) e de muitas (os) transexuais, que compreendem que, ao classificar a transexualidade como doença, a ciência médica colabora com a manutenção de rótulos e estigmas sociais, agindo de forma a desrespeitar o direito à livre identidade de gênero e contribuindo significativamente com a conservação dos padrões estabelecidos socialmente.

Importante ressaltar que, segundo Foucault (1979), as normas sociais atuam como dispositivos de poder na sociedade. Assim, os processos regulatórios que focam a sexualidade humana possuem como objetivo principal o adestramento e a disciplinarização dos corpos dos indivíduos. Essas normas atuam como dispositivos que buscam a regulação e o controle da população por meio das condições físicas e biológicas dos sujeitos, sendo denominadas de “biopoder” pelo próprio Foucault (1976/2003). A partir dessa perspectiva, esse autor defende que as concepções de sexo e gênero foram “arquitetadas” socialmente com o objetivo de estipular uma hierarquia e, conseqüentemente, a detenção do poder de um indivíduo sobre outro e/ou de um grupo/classe social sobre outra.

Em consonância com a análise de Foucault, Butler (2003) afirma que as concepções existentes para macho e fêmea e masculino e feminino nada mais são do que um efeito performático e regulatório. Essa realidade age de forma a excluir as oportunidades de configurações de diferentes expressões de identidades de gênero que não sejam aquelas ancoradas nos princípios da heterossexualidade e contribui com a preservação e repetição das inflexíveis normas culturais. Para a autora,

A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de 'identidade' não possam 'existir' - isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não 'decorrem' nem do 'sexo' nem do 'gênero'. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituídos pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo certos tipos de 'identidade de gênero' parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformaram às normas da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2003, p.39).

No entanto, as normas não se sustentam sozinhas, cabendo às diversas instituições sociais cuidar para que elas permaneçam em vigor na sociedade contemporânea. Para isso utilizam da rigidez e do conservadorismo. Dentre essas instituições, se destacam a família, a igreja, a escola e o trabalho. Para manter os padrões, a vida social nesses espaços, em geral, age de forma a alimentar a exclusão, os estigmas e os preconceitos, imprimindo incontáveis sofrimentos e dificuldades à trajetória de vida de todas as pessoas que manifestem sua sexualidade de forma diferente daquela que é tida como padrão.

Desse modo, as dificuldades das mulheres transexuais costumam se iniciar na família, desde tenra infância, com a vigilância e a punição para que se adaptem ao comportamento tido como ideal para o seu sexo anatômico. Contudo, essas dificuldades ganham uma dimensão ainda maior nos espaços da educação formal. Bento (2011) utiliza a expressão “*Escola: espaço de reprodução do HeteroTerrorismo*” (p. 554) para se referir à incapacidade da instituição em lidar com a pluralidade e as diferenças dos alunos, reproduzindo e mantendo o padrão machista e heteronormativo há séculos dominante na sociedade. Como consequência, gera grande sofrimento às pessoas que não correspondem à conduta e à aparência que são esperadas culturalmente para o seu sexo anatômico, fazendo com que se sintam demasiadamente pressionadas e desrespeitadas e, não raramente, impelindo-as a abandonarem os estudos.

O abandono escolar se torna, assim, uma forma de evitar os sofrimentos vivenciados na escola. No entanto, a escolaridade é um fator primordial para o acesso ao mercado de trabalho no contexto atual, mesmo quando as atividades exigem pouco esforço intelectual (BERNARDO, 2009). Assim, é possível supor que, no caso das transexuais, possa existir um círculo

vicioso: o preconceito na infância prejudica sua formação e a falta de capacitação juntamente com a exclusão pelo preconceito sexual deixa-lhes poucas opções no mercado de trabalho. Elas sofrem, então, as consequências do duplo preconceito, primeiramente pela sua identidade de gênero 'não convencional' e, em seguida, pelo lugar ocupado (ou não ocupado) no mundo do trabalho.

Posto isso, fica evidente que os mais diversos contextos sociais imprimem dificuldades para a vivência de trabalho das mulheres transexuais. Porém, para os objetivos desse artigo, focaremos na análise da vivência escolar, com base nos relatos fornecidos pelas transexuais, buscando relacioná-la com sua inserção laboral.

O percurso da pesquisa

O estudo que deu origem a este artigo se valeu de metodologia qualitativa para sua realização. A escolha desse tipo de método foi motivada pelo fato de ele proporcionar um maior acesso à significação social atribuída pelos sujeitos da pesquisa à realidade que os circunda e aos seus próprios atos cotidianos.

Ponderando que o estudo do tema proposto dificilmente poderia ser realizado integral e satisfatoriamente em um exclusivo campo predeterminado de pesquisa, optou-se pela adoção da concepção de “campo-tema”, conforme definida por Spink (2003). Essa forma de realizar a pesquisa qualitativa se caracteriza principalmente pelo fato de não se eleger um único e específico espaço físico como foco de estudo. Busca-se acessar o tema nos mais variados contextos nos quais ele possa estar sendo manifestado, observando e analisando a sua espontânea presença na vida cotidiana. Ainda, de acordo com Spink (2003), o campo-tema investigado deve ser concebido como um produto das relações sociais. Por isso, não pode ser percebido como uma realidade absoluta e independente do pesquisador. A pesquisa é concretizada por meio de um processo de constante debate e negociação entre o pesquisador e as diversas formas de manifestações do tema no cotidiano.

Dessa forma, a discussão e análise dos impactos da vivência escolar de pessoas transexuais no trabalho foram baseadas em elementos extraídos de diversas fontes que compuseram o campo-tema da presente pesquisa e que foram acessadas nos anos de 2011 e 2012. Assim, a aproximação inicial com o tema deu-se por meio de reportagens, documentários, visitas a blogs e

páginas na internet que tratam a questão, leituras de textos acadêmicos e de biografias sobre o assunto, discussão com pessoas que estudam a sexualidade humana e pessoas que vivenciam sua própria sexualidade de forma que fuja dos padrões heterossexuais.

Paralelamente, buscou-se uma aproximação a diversas mulheres transexuais por meio da participação em um grupo que se reúne para discutir os problemas específicos enfrentados por elas. Ocorreu também a participação em confraternizações e eventos promovidos por esse grupo, bem como contato em sites de relacionamentos ou por e-mails com transexuais de diversas regiões do país.

A partir desse intenso levantamento de dados, foram selecionados relatos de sete mulheres transexuais que contêm trechos de conversas que relatam algumas experiências no contexto escolar e a sua relação com o trabalho, que serão apresentados e analisados a seguir.

Transexualidade: escolaridade e inserção profissional

Nos últimos anos, mesmo que timidamente, programas do governo federal e de diversos estados brasileiros têm trazido em suas pautas a questão da vivência escolar das minorias sexuais. O programa “Brasil Sem Homofobia” (BRASIL, 2004), por exemplo, tem como objetivo combater a violência e promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis e transexuais, focando principalmente a igualdade no acesso à Educação, que é considerada um direito universal. Entretanto, as implementações de políticas públicas ocorrem de forma extremamente lentas e tímidas e as práticas que visam à igualdade de direito entre todos os cidadãos nos diversos contextos sociais ainda têm a necessidade de serem mais amplamente divulgadas e respeitadas.

A temática da exclusão de homossexuais, transexuais e travestis no ambiente escolar também tem sido abordada por diversos autores no meio acadêmico, que sinalizam a urgência dos debates e ações de combate da discriminação na escola, tais como Bento (2011), Louro (1997), Junqueira (2009), Lionço e Diniz (2009), entre outros.

O fato de o debate sobre o tema estar ganhando intensidade nos diversos meios sociais representa um avanço significativo. Carrara (2012) afirma que até há poucos anos, a noção de "direitos sexuais" era muito menos difundida e seu significado muito mais obscuro. Porém, no decorrer da última década, o conceito tomou uma nova dimensão no Brasil. O autor defende que o

momento atual, apesar de ainda ser marcado por defasagens, contradições e ambiguidades na compreensão dos direitos da sexualidade humana, representa mudanças em relação à moral sexual no Brasil, principalmente no âmbito do respeito à privacidade e individualidade e do reconhecimento dos direitos políticos e jurídicos das pessoas que compõem as minorias sexuais.

Entretanto, as transformações das condutas heteronormativas, cristalizadas há séculos na sociedade, constituem um grande desafio, ocorrem vagarosamente e há muitas resistências para que elas não aconteçam. O recente veto ao polêmico material contra a homofobia, que iria ser distribuído às escolas públicas de todo o Brasil pelo governo federal no ano de 2011, é um exemplo de resistência social às transformações das normas de gênero dominantes. A suspensão da distribuição do material aconteceu após grande pressão de setores da sociedade, que, nas discussões sobre o assunto, notoriamente priorizaram aspectos de teores conservadores e morais. O principal argumento utilizado pelos grupos que se posicionaram contra a distribuição do material foi o de que ele atuaria como uma “influência negativa” às crianças e adolescentes ao tratar com naturalidade as relações homossexuais e as formas de identidade de gênero que fogem aos padrões.

Esse veto pode revelar que, apesar dos avanços, a sociedade ainda preserva uma postura excludente com os comportamentos sexuais e identidades de gênero que não se incluem no modelo preconizado. Em vez de buscar ações que conscientizem e amenizem as discriminações e os sofrimentos de uma parcela significativa da população que sofre incontáveis preconceitos e violências em seu dia a dia, nossos políticos, legítimos representantes da sociedade, optam pelo silêncio e pela manutenção da homofobia, da transfobia e do moralismo sexual vigentes.

Nesse sentido, podemos retomar as reflexões de Michel Foucault (1997) ao abordar o “dispositivo da sexualidade” como a forma de controle das instituições, principalmente da Igreja e do Estado, sobre o corpo do indivíduo, estabelecendo e mantendo o poder por meio do saber. Os supostos conhecimentos transmitidos pelas instituições, muitas vezes, atuam de forma a distinguir a prática sexual “saudável” da “patológica” e indicam o padrão de normalidade a ser seguido pelos indivíduos, sendo determinantes para a manutenção do poder.

Apesar de não haver dados estatísticos oficiais sobre a evasão escolar dos grupos que compõem a diversidade sexual, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT afirma que o grupo que mais sofre discriminação na escola é o de transexuais e travestis,

estimando que a evasão escolar seja de aproximadamente 73% dessa população. Entre as transexuais contatadas no decorrer da pesquisa que serviu de base para este artigo, diversos foram os relatos sobre as dificuldades experimentadas que refletem a estigmatização e o sentimento de não pertencimento ao ambiente escolar, revelando que os anos passados na escola deixaram marcas profundas nas vidas dessas pessoas.

Frequentemente, as dificuldades de colocação no mercado de trabalho foram relacionadas pelas próprias transexuais ao fato de terem abandonado os estudos precocemente. Ou, ainda, compararam os preconceitos e as discriminações vivenciadas no ambiente de trabalho aos experimentados na escola, mostrando que as experiências nesses dois espaços estão estritamente relacionadas.

O caso de Violeta¹ foi exemplar. Ela tinha 24 anos e assegurou reconhecer-se como pertencente ao sexo feminino '*desde quando se entende por gente*'. Estudou até a sétima série do ensino fundamental. É uma mulher extrovertida e muito eloquente. Narrou sua história de vida em um tom alegre e suave, porém não conseguiu ocultar a tristeza ao relatar as dificuldades enfrentadas desde os primeiros dias de aula:

Para mim foi difícil desde o prézinho. A professora pedia para fazer a fila das meninas e dos meninos. Como eu só queria ficar na das meninas, ela falou para a minha mãe que eu não era normal e que ela devia me levar no médico de louco. Lembro que minha mãe chorou muito por isso. Fala para mim: que mãe quer ter um filho problemático? (Violeta)

Essa declaração traz à tona as dificuldades relacionadas às atividades que dividem as crianças de acordo com o seu gênero e que são muito frequentes no ensino básico, bem como um possível despreparo da professora em lidar com o caso, gerando angústia na mãe e culpa na filha.

Na ocasião da pesquisa, Violeta sobrevivia por meio da prostituição. Vale ressaltar que não cabe aqui discutir se a prostituição foi uma escolha ou uma reação à falta de opção no mercado de trabalho formal. De todo modo, era essa atividade remunerada que possibilitava à Violeta a sua sobrevivência sem impedi-la de vivenciar a sua identidade de gênero. Interessante também observar que ela tem consciência dos impactos que a evasão escolar provocou em sua vida profissional:

¹ Todos os nomes apresentados nesse trabalho são fictícios, de modo a preservar a identidade das participantes.

Eu até queria trabalhar, como uma pessoa comum, mas nunca tive coragem de procurar um emprego. Acho que seria muito humilhante. E tem outra, estudei somente até a sétima série. Já pensou uma faxineira usando um salto 15? (risadas). Meu lema é 'se for para cair que seja do salto alto', não fico sem ele e sei que não me dariam emprego de forma alguma. Sempre vi apenas duas alternativas enquanto não faço a cirurgia, mudo de nome e volto a estudar: ou vou batalhar na pista (prostituição) ou casar com homem rico. Como esse homem não apareceu ainda, continuo na pista. (Violeta)

Outro ponto que podemos citar como grande causador de constrangimentos – e que está relacionado à falta de preparo e possíveis preconceitos dos profissionais de educação – é a resistência para a utilização do nome social. Mesmo havendo resoluções na maioria dos Estados e em diversos municípios brasileiros que asseguram o direito da pessoa ser chamada por um nome que expresse a sua identidade de gênero (nome social), muitas instituições não respeitam isso e continuam utilizando o nome que consta no registro geral de identidade (nome civil), desrespeitando o desejo do indivíduo e ignorando sua caracterização física e identificação de gênero.

Os seguintes relatos foram elucidativos, revelando o incomodo provocado pela obrigatoriedade da utilização do nome civil nos diversos contextos institucionais. Ele também mostra que as transexuais possuem o conhecimento dos seus direitos e estão dispostas a reivindicá-los para usarem o nome social:

– Sei que é um direito meu. [Já] chega na escola, que eu precisava ouvir aquele nome todos os dias, agora, eu não deixo quieto. (Hortência)

– Na escola, somos crianças acuadas, solitárias e com medo. Somos chamadas por um nome que não é nosso e não há quem nos defenda. Era pressão por todos os lados para ser o que eu não era. (Margarida)

Corroborando as diversas resoluções estaduais e municipais, o Ministério da Educação publicou, em 21 de novembro de 2011, a portaria nº 1.612, que diz em seu primeiro artigo que “Fica assegurado às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Ministério da Educação” (BRASIL, 2011).

Cada vez mais, o direito fica garantido no papel, porém, infelizmente, a mudança na prática é muito vagarosa. Seja por ignorância, por resistência ou

por preconceito, muitas transexuais continuam sofrendo por serem chamadas por um nome que não reconhecem como seu.

Além disso, o uso do banheiro, que para a maioria das pessoas é algo simples e rotineiro, para as transexuais, representa um grande desafio e pode desencadear enormes constrangimentos. Muitas relataram que não se sentiam à vontade para frequentar o banheiro destinado ao seu sexo anatômico e eram impedidas de utilizarem o banheiro feminino. O relato de Bromélia sobre sua vivência na escola exemplifica essa questão:

Eu sempre fui muito tímida. Tinha uns 14 anos, já me vestia como mulher. Um dia, estava no banheiro feminino e uma menina chamou a diretora que me tirou de lá e me expôs para toda a escola. Foi muito humilhante, acho que foi o pior momento da minha vida. Na verdade, não, o pior da minha vida foi quando eu me alistei e me apresentei no exercício. Mas, na escola, com certeza, esse foi o meu pior momento. Já passei por cada coisa nessa minha vida...

Bromélia tem 20 anos e não concluiu o ensino médio. Em uma longa conversa, mantida pessoalmente, ela narrou que há dois anos, mora com o companheiro e se identifica como dona de casa. O fato de ter estudado em uma conceituada escola particular pode indicar que o cotidiano de sofrimento e a consequente evasão escolar de transexuais não tem sua base apenas em questões econômicas e no grande fracasso do ensino público, que Patto (2007) aponta como uma alarmante realidade que assombra e exclui as camadas menos favorecidas da população. No caso de Bromélia, fica claro que os fatores determinantes para a sua evasão foram os tabus e preconceito sexuais instalados no seio da sociedade e cruelmente manifestado em praticamente todas as instituições:

Estava cansada da escola, todo dia era uma humilhação, ou dos professores ou dos colegas. Sei que o estudo é importante para sermos alguém na vida, mas não dá para aguentar tudo isso e seguir como se nada tivesse acontecido. Teve uma hora que eu vi que ir à escola me gerava muito mais sofrimento do que coisas positivas. Então, decidi parar. Meus pais se revoltaram, queriam me forçar a ir de qualquer jeito, mas não voltei atrás. Ficaram um tempo sem falar comigo, me mandaram para terapia e não davam mais dinheiro. Isso serviu para mostrar que eu teria que me virar sozinha. Não me arrependo de ter parado de estudar, a escola foi muito difícil para mim. (Bromélia)

Foi muito comum, no estudo aqui relatado, encontrar mulheres transexuais que, como Bromélia, frequentaram a escola por seis ou sete anos, enquanto eram obrigadas pelos pais e, assim que tiveram um pouco de autonomia, decidiram abdicar dos estudos por considerarem o território escolar um local de humilhações, desprezos e desrespeitos. Elas narram, inclusive, que algumas vezes o abandono escolar foi determinante para o rompimento da relação com os familiares. Entre as mulheres transexuais que possuem escolaridade maior, há o frequente relato da melhor aceitação da identidade de gênero, da presença afetiva e do suporte por parte dos familiares durante a infância e adolescência. Tal fato indica que a participação familiar pode ser decisiva para o melhor enfrentamento e a superação das dificuldades e discriminações encontradas no ambiente escolar, porém, infelizmente, isso parece acontecer na minoria das vezes.

Santos (2010) aborda, em seu trabalho *“Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas”*, elementos muito próximos dos que foram verificados no presente artigo. Mais precisamente, para a autora, as maiores dificuldades para uma transexual na escola estão relacionadas ao uso do nome social, ao uso dos banheiros, às dificuldades nas aulas de Educação Física, à relação com professores e outros profissionais da escola e com a própria instituição. Esses elementos são vistos pelas entrevistadas como grandes fontes de tensões e, muitas vezes, determinantes para o abandono escolar, justificando, inclusive, a baixa escolaridade encontrada na população transexual.

A partir das constatações dos desafios vivenciados pelas transexuais durante a sua infância e adolescência, acreditamos que seja possível inferir que a não aceitação, as pressões e as discriminações vivenciadas no contexto familiar e escolar, além de dificultar que as transexuais usufruam o direito à educação formal, pode representar considerável diminuição e/ou impedimento de colocação profissional na vida adulta.

As ocupações mais comuns entre as mulheres que participaram da pesquisa foram de profissionais da beleza e do sexo, profissões que, geralmente, não exigem alta escolaridade e fazem parte do mercado informal. Importante salientar que trabalho informal não deve ser considerado sinônimo de trabalho precário (NORONHA, 2003). Muitas transexuais narram encontrar grande sentido e rentabilidade em sua ocupação, porém os preconceitos vivenciados na escola, muitas vezes agem privando-as de seus direitos básicos à educação e limitando as opções para a inserção no mercado de trabalho. É comum entre as que conseguem completar o ensino médio e desejam a suposta

segurança oferecida pelo mercado de trabalho formal trabalharem como operadoras de telemarketing, uma função repleta de contradições e opressões.

Em uma das reuniões de transexuais que foi acompanhada durante esse estudo, Dália chamou a atenção ao narrar que tomou a decisão de adiar o início de seu processo de transexualização até terminar o curso universitário de análise de sistema. Ela considera que, mesmo tendo certeza de sua identidade de mulher, vestir-se e comportar-se como homem foi o meio que garantiu a possibilidade de graduar-se e manter-se empregada. Aos 33 anos, recém-formada e com uma considerável experiência profissional, iniciou o processo de transexualização e buscava um novo emprego que a aceitasse com sua verdadeira identidade de gênero.

Para alcançar o sonho de concluir a faculdade e ter melhores condições no mercado de trabalho, a trajetória de vida de Dália foi marcada por histórias de simulações e anulações, que, segundo ela, geraram grande sofrimento e, neste momento de sua vida, é responsável pela grande angústia perante o futuro. Porém, ela afirma que não se arrepende. Tem a convicção de que sempre considerou sua formação muito importante e que, agora, está determinada a lutar para ser feliz com sua identidade de gênero e com uma boa colocação profissional.

Pelo que foi possível verificar, casos como esse são exceções. A maioria das transexuais, ao contrário, deseja vivenciar e assumir o quanto antes a sua identidade gênero, concentrando-se na resignificação do seu corpo e adotando o comportamento feminino. Porém, ao fazer isso, percebem que a escola se torna um local praticamente inóspito para elas. Essa situação se mostra de uma perversidade muito grande, pois, assim, é negado a essas pessoas o direito de serem elas mesmas, enquanto investem em seu futuro. O relato de Margarida elucidou bem o dilema da escolha entre a vivência da identidade de gênero e os estudos:

Quando tinha uns 12 anos, minha irmã me emprestava seus esmaltes e maquiagem, ficávamos sozinhas em casa e eu estava sempre montada. Pintava minhas unhas todos os dias. Estudava de manhã, chegava da escola e a primeira coisa que fazia era a minha mão. Quando ia ficando de tarde e estava na hora de minha mãe voltar do serviço, tirava tudo. Um dia, combinei com minha irmã que iria usar band-aid nas pontas de todos os dedos para cobrir as unhas pintadas. Falamos para minha mãe que era moda e ela não questionou e, na escola, falava que estava com uma alergia. Mas, um dia, os meninos viram que eu

estava com um esmalte rosinha e zoaram muito comigo. Eles já me chamavam de bichinha, mas, depois desse dia, ficou insuportável, não quis mais ir para a escola. O lado bom foi que nunca mais fiquei sem esmalte e maquiagem. (Margarida)

O caso de Rosa também ilustra bem a dificuldade que é, para as transexuais, viverem sua identidade de gênero e estudarem simultaneamente. Ela estava prestes a iniciar a faculdade de Serviço Social e afirmou que tomou a decisão de voltar a estudar recentemente, aos 28 anos, após já ter sido submetida à cirurgia de redesignação sexual e estar com o nome alterado nos documentos, sentindo que dessa forma a sua feminilidade não seria mais questionada. Enquanto não considerou que o seu processo de transexualização estava concluído, assegura que sequer cogitou a possibilidade de retomar os estudos, pois sabia que o preconceito seria muito grande.

Esses relatos evidenciam a rigidez dos processos regulatórios, que possuem sua base, principalmente, na suposta naturalidade corporal a partir da qual a sociedade espera que a identidade do indivíduo seja formada. Mesmo sendo compreendida, na esfera subjetiva, como a percepção que o outro e o próprio indivíduo têm de sua condição, a identidade de gênero possui sua genealogia nas rígidas práticas institucionais, nos discursos e nas normas sociais. Em outras palavras, a identidade de gênero também pode ser considerada uma construção discursiva e regulatória, que nega o “diferente” ao mesmo tempo em que depende dele para constituir a normatização, pois é a partir do que é considerado diferente que são demarcados os limites e a coerência identitária (LOURO, 2011).

Considerando essas afirmações, vê-se que o fenômeno da transexualidade feminina, ao não se conformar com a norma heterossexual, interroga e desafia as compreensões de corpo, sexo, gênero e identidade. A concepção do que é ser “homem” e do que é ser “mulher” pode deixar de ser vista de forma natural e pré-estabelecida e passar a ser encarada como discurso, copiado e reproduzido, revelando como a norma é frágil e necessita de mecanismos para ser mantida.

Ou seja, para manter a hegemonia heterossexual, é preciso constantemente demarcar e excluir, mesmo que violentamente, quem se apresenta de uma forma diferente. No caso, o mecanismo utilizado para que a transexualidade não ameace a heteronormatividade é considerá-la como uma falha da natureza, uma impossibilidade, uma doença, posturas que acabam marginalizando as pessoas que têm essa experiência e imprimindo diversos

sofrimentos psíquicos a elas que não se sentem compreendidas e respeitadas nos diversos contextos sociais.

Desta forma, é possível verificar que os problemas encontrados em relação às questões de gênero estão enraizados e espalhados nos diversos níveis da sociedade e, por esse motivo, políticas públicas que foquem apenas a inserção profissional das transexuais e a diminuição da homofobia no ambiente profissional, apesar de importante, são insuficientes para assegurar a empregabilidade às mulheres transexuais. Faz-se necessário prestar a devida atenção ao que se passa com as crianças e adolescentes transexuais no ambiente familiar e, principalmente, escolar, desde o início da sua socialização e institucionalização, elaborando e implantando, com seriedade, programas que visem a manutenção dessa população nas escolas e investindo em acolhimento e formação para aquelas que já se desiludiram e se evadiram do ambiente escolar.

É necessário também sinalizar que a baixa escolaridade e a falta de preparo profissional tendem a agir de forma a sustentar um discurso, por parte de empresas e recrutadores, que justifica a não contratação das pessoas transexuais pela falta de qualificação profissional. Todavia, é provável que essa justificativa oculte a discriminação em relação às normas de gênero presentes no mercado de trabalho.

Considerações finais

Após essas reflexões, nos parece evidente que a austeridade do sistema educacional, que reflete os preconceitos e as cristalizações presentes na sociedade, atua de forma muito negativa na vida cotidiana e na subjetividade das mulheres transexuais, durante todas as fases de sua existência, tendo um significativo impacto no momento de buscar colocação profissional.

O que foi apresentado na seção anterior indica que, além de a vivência escolar ser marcada por sofrimentos e angústias para as crianças e adolescentes transexuais, parece ser nessa fase da vida que se encontra a gênese das muitas dificuldades profissionais vivenciadas na vida adulta.

Contudo, as dificuldades apontadas no presente estudo não devem levar a uma visão fatalista da experiência escolar e profissional das transexuais, como se tivessem fadadas ao fracasso. Isso porque, o cotidiano, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que é marcado pelas repetições,

representações e restrições sociais, representa também a possibilidade de criatividade e autenticidade ao indivíduo. Ou ainda, como afirmam Aran e Peixoto Junior (2007), se o gênero faz parte das rígidas normas sociais, ele também pode ser fonte de resistência.

Trata-se de buscar condições iguais a todos, evitando os evidentes sofrimentos experimentados pelas pessoas que não se enquadram no modelo hegemônico de sexualidade. Já é passado o momento em que a sociedade deveria aceitar com naturalidade que uma identidade de gênero diferente do sexo anatômico não pode ser empecilho para que o indivíduo se desenvolva plenamente, dando condições para que todos tenham uma adequada inserção no meio social.

Espera-se que esse estudo contribua, mesmo que minimamente, para que os dilemas cotidianos das mulheres transexuais possam ser mais conhecidos, discutidos e compreendidos pela sociedade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2a ed. São Paulo, Cortez, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ARÁN, Marcia; Zaidhaft, Sérgio; Murta, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 70-79, Abril, 2008.

ARAN, Márcia; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Caderno Pagu*, Campinas, n. 28, p. 129-147. Junho, 2007.

BENTO, Berenice Alves de Melo. Na Escola se Aprende Que a Diferença Faz uma Diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v 19, n. 2, p. 549-559, agosto, 2011.

BENTO, Berenice Alves de Melo; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 02, p. 559-568, agosto, 2012.

BERLANT, Laurent; WARNER, Michael. "Sexo em público". In: JIMÉNEZ, Rafael (Org.). *Sexualidades transgressoras*. Barcelona: Içaria, 2002. p. 229-257.

BERNARDO, Marcia. H espanhol. Discurso flexível, trabalho duro: o contraste entre a vivência de trabalhadores e o discurso de gestão empresarial. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BERNARDO, Marcia H espanhol; NOGUEIRA, Francisco Ronald Capoulade; BULL, Sandra. Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 63, n. spe, p. 83-93, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional De Combate à Discriminação Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção à Cidadania Homossexual, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação Portaria n. 1.612, de 21 de novembro de 2011. Estabelece o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Ministério da Educação por transexuais e travestis. *Diário Oficial da União*, 2011.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009.

CARRARA, Sérgio. Discrimination, policies, and sexual rights in Brazil. *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v 28, n. 1, p. 187-189 janeiro, 2012.

COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e Trabalho na contemporaneidade: Repensando articulações possíveis. Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v 19, n. SPE, p. 29-37, 2007.

FOUCAULT, Michael. Microfísica do Poder. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1, 1997.

Foucault, Michael. A história da sexualidade I: a vontade de saber. 15ª edição Rio de Janeiro: Graal. (1976/2003).

JUNQUEIRA, Rogério. Diniz. Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, UNESCO, 2009.

LINHART, Danièle (2009). Modernisation et précarisation de la vie au travail. Papeles del CEIC (Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva), Universidad del País Vasco. Acesso em 01 de novembro de 2010, em: www.identidadcolectiva.es/pdf/43.pdf.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres. EdUnB, 2009.

LOURO, Lopes Guacira. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARX Karl. Salário, Preço e Lucro. In: Marx, Karl. "Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro" (p. 71 – 141). (2 ed). São Paulo: Expressão Popular, 1898/2010.

NORONHA, Eduardo G.. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 18, n. 53, 111-129 Outubro 2003

PATTO, Maria Helena Souza. "Escolas cheias, cadeias vazias" nota sobre como ideológicas Raízes do Pensamento Educacional Brasileiro. Estud. av. , São Paulo, v 21, n. 61, p. 243-266, dezembro, 2007

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin. Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72-81 Junho, 2000.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em Psicologia Social: Uma Perspectiva Pós-construcionista Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v 15, n. 2, p. 18-42, dezembro, 2003.

Sites consultados:

www.abglt.com.br

